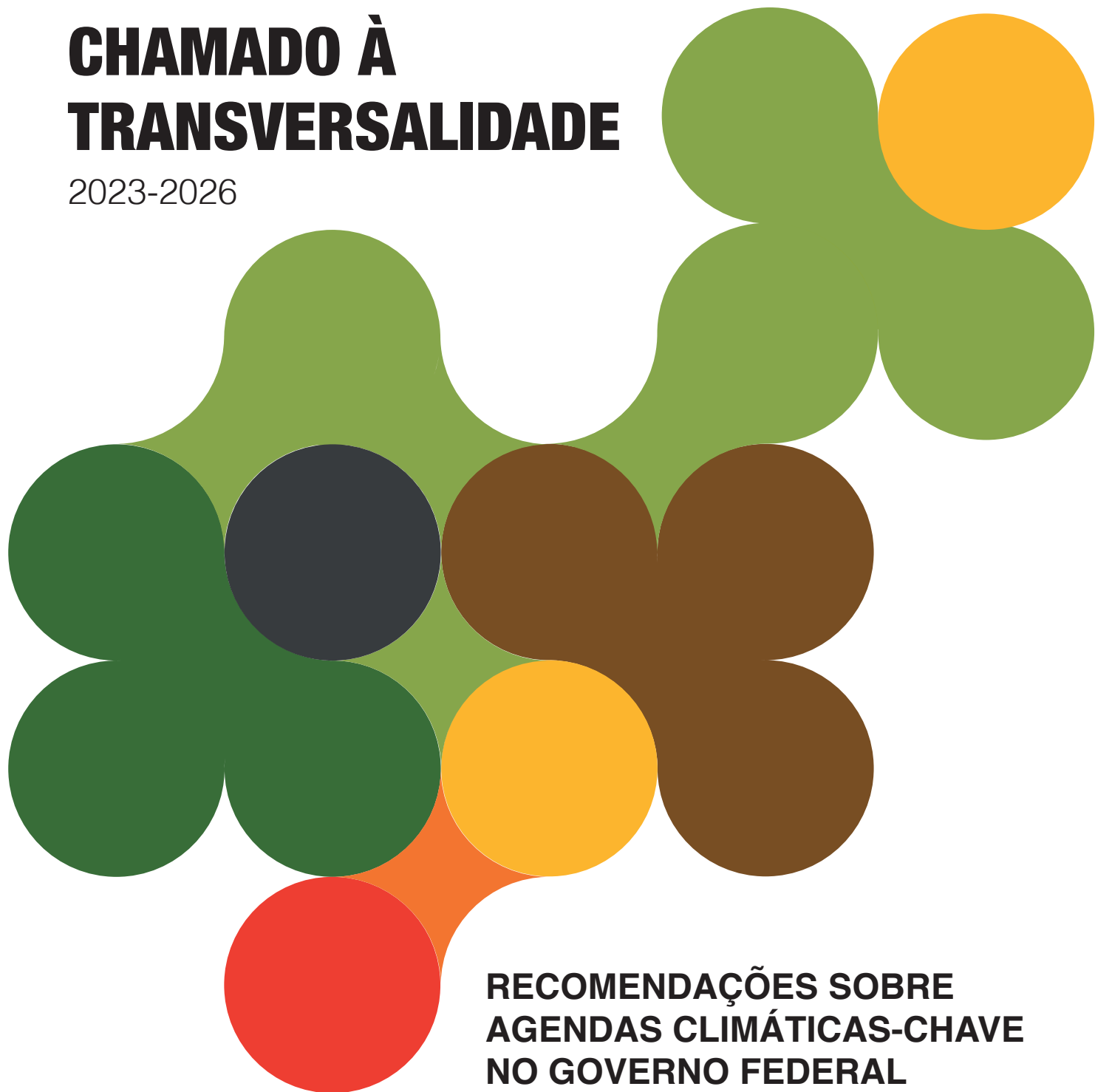


CHAMADO À TRANSVERSALIDADE

2023-2026



**RECOMENDAÇÕES SOBRE
AGENDAS CLIMÁTICAS-CHAVE
NO GOVERNO FEDERAL**

CHAMADO À TRANSVERSALIDADE

**RECOMENDAÇÕES SOBRE AGENDAS
CLIMÁTICAS-CHAVE NO GOVERNO FEDERAL**

2023-2026



ÍNDICE

A. Desafios da política climática no Brasil de 2023

6

B. Como o governo federal pode lidar com esses desafios

8

C. O primeiro passo: novas instâncias e autoridades climáticas

10

D. Recomendações

34

Quadro-resumo da transversalidade das agendas

- Agenda de Precificação de Emissões
- Agenda de Adaptação à Mudança Climática
- Agenda de Prevenção e Combate ao Desmatamento

- Agenda de Transição Energética Justa
- Agenda de Agropecuária de Baixo Carbono e Transformação de Sistemas Alimentares

AGRICULTURA E PECUÁRIA

- ● Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo
 - Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas
- ● Secretaria de Defesa Agropecuária

CIDADES

- Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- ● Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos - Departamento para o Clima e Sustentabilidade

DEFESA

- Diretoria de Operações: Coordenação de Monitoramento Ambiental

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

- Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental

DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria
 - ● Departamento de Descarbonização, Finanças Verdes e Novas Economias
 - Departamento de Regulação e Negociações Socioambientais

FAZENDA

- Secretaria de Política Econômica
 - Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável
 - Subsecretaria de Política Agrícola e Negócios Agroambientais
- Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária

INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

- Secretaria de Acesso à Justiça - Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente

MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

- Secretaria Nacional de Mudança do Clima
 - Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação
- Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas, Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial
- Serviço Florestal Brasileiro

MINAS E ENERGIA

- Secretaria de Planejamento e Transição Energética - Departamento de Transição Energética

POVOS ORIGINÁRIOS

- Funai
- Povos indígenas

RELAÇÕES EXTERIORES

- Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente
-
-

TURISMO

- Assessoria Especial de Sustentabilidade, Investimentos e Parcerias

CASA CIVIL

- Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável
- Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento
-

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

- Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente

BNDES*

- Infraestrutura, transição energética e mudanças climáticas - Diretoria de Economia Verde
- Fundo Amazônia

Pastas sem governança dedicada a agendas climáticas

- Ministério da Cultura;
- Ministério das Comunicações;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Ministério da Educação;
- Ministério do Esporte;
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- Ministério da Igualdade Racial;
- Ministério das Mulheres;
- Ministério da Pesca e Aquicultura;
- Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Ministério dos Portos e Aeroportos;
- Ministério da Previdência Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério dos Transportes;
- Controladoria-Geral da União;
- Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Secretaria de Relações Institucionais;
- Secretaria de Comunicação Social;
- Gabinete de Segurança Institucional.

*BNDES foi incluído neste resumo, ainda que não tenha o status de ministério, pela relevância para a implementação das agendas

A large, light gray, stylized letter 'A' graphic that serves as a background element for the page. It is positioned on the left side and extends towards the center.

Desafios da política climática no Brasil de 2023

A economia brasileira pode se descarbonizar e crescer, de forma rápida e resiliente. Há oportunidade de se alcançar entre 63 e 80% de reduções até o fim desta década¹, a baixo custo e sem a necessidade de empregar tecnologias disruptivas. Se assim for feito, o Brasil poderá se tornar o primeiro país em desenvolvimento a zerar suas emissões, antes de 2050.

Para fazê-lo, precisamos de uma estratégia transversal de longo prazo (*economy wide*) e, no mínimo, duas políticas setoriais: de radical redução do desmatamento e aumento de sumidouros florestais, e de precificação das emissões².

O Brasil está partindo de um total elevado de emissões nacionais de Gases de Efeito Estufa, que cresceu cerca de 20% de 2013 a 2018 e se acelerou fortemente a partir de 2019, devido principalmente à retomada de altas taxas de desmatamento anual. Na Amazônia, a taxa de perda bruta de florestas passou de 754 mil hectares em 2018 para 1,3 milhões de hectares em 2021, com uma elevação média de 183 mil ha/ano. Como resultado, o Brasil sustenta hoje a posição de 5o maior emissor global de gases de efeito estufa.

Além disso, há expectativa de crescimento de emissões em setores como energia, dada a implantação de 8 GW de termelétricas a gás natural a ciclo combinado, decorrente da Lei de Privatização da Eletrobras, que deve levar ao aumento no custo e nas emissões da geração elétrica até 2030. Também deve levar à desaceleração da penetração de biocombustíveis no setor de Transportes, herdada da postergação dos prazos de aumento das metas de descarbonização impostos às distribuidoras de combustíveis líquidos para o setor de transportes terrestres.

O novo governo federal, que tomou posse em janeiro de 2023, comprometeu-se a mudar os incentivos políticos e econômicos ao desmatamento e buscar a transição energética justa, como forma de atacar esses problemas.

Para tanto, precisará de uma estratégia politicamente forte de articulação com os demais poderes e uma governança clara para efetivar a Política Nacional de Mudança do Clima com respaldo da sociedade e da Federação.

Neste documento, apresentamos a nova estrutura federal para mudança do clima e recomendamos a articulação de agendas estratégicas para o Brasil realizar a política climática de forma transversal para toda sua economia, com metas ambiciosas junto ao Acordo de Paris para curto, médio e longo prazos.

1 - A iniciativa Clima & Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030, elaborou e discutiu cenários que respaldam essa hipótese.

2 - Conforme a iniciativa Clima & Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030, propõe estratégias para o país dar saltos na mitigação de GEE, amparadas por modelagem econômica e amplo processo de consulta a especialistas e “stakeholders”. Ver www.clima2030.org.br

Como o governo federal pode lidar com esses desafios

Mais do que observar os números de emissões e desastres, é preciso olhar com atenção e mexer nos indicadores de políticas públicas adotadas e implementadas pelo governo federal brasileiro, se quisermos uma mudança de realidade. Isso pode ser feito a partir do desenho, da implementação e do monitoramento

de políticas por órgãos competentes. Nesse sentido, entendemos que há pelo menos cinco áreas de atenção crítica quando o assunto é política climática:

1. Adaptação: em fase de *agenda-setting*, ainda buscando ganhar musculatura e criar instrumentos para enfrentar os riscos climáticos na prática. É necessário que a agenda de adaptação seja pensada como uma política nacional e coordenada, que permeia o planejamento e o desenvolvimento de infraestrutura, programas de desenvolvimento social, entre outras áreas. Isso significa também criar arranjos de política envolvendo entes subnacionais. A urgência dessa agenda e a necessidade de colaboração nacional tornou-se ainda mais visível após os eventos extremos observados no litoral norte do Estado de São Paulo entre os dias 18 e 21 de fevereiro.
2. Precificação de emissões: em fase de elaboração de instrumento de regulação de emissões, depende de uma legislação nacional e da criação de infraestrutura no Executivo.
3. Desmatamento: em fase de revisão e fortalecimento, após um “hiato destrutivo” que desintegrou os arranjos, as capacidades e as competências federais no assunto. Há maior maturidade, entretanto, no que se refere ao diagnóstico e à experiência de implementação de políticas nessa área - principalmente de ações de monitoramento, fiscalização e ordenamento territorial - do que em outras relevantes à política climática. Há *buy-in* do Presidente da República e relacionamento direto com governadores; o desafio de inovar nos aspectos econômicos da agenda se mantém, assim como de lidar com aspectos novos de segurança.
4. Transição energética (justa): no setor elétrico, ainda não há uma diretriz clara quanto ao Brasil completar sua transição para renováveis e se enfrenta um risco de “transição ao contrário” em função da entrada do gás importado e de novas explorações; no setor de transportes, também não se deu ainda uma diretriz sólida quanto a recuperar os biocombustíveis e de avançar com a eletrificação; a agenda de transição justa de setores como carvão tem mais maturidade, enquanto o petróleo ainda dá seus primeiros passos. Além disso, há necessidade de expandir as renováveis com responsabilidade socioambiental, evitando os “atingidos” pelas energias de zero ou baixa emissão.
5. Agropecuária de baixo carbono e transformação de sistemas alimentares: ainda que se tenha experiência de mais de dez anos com o Programa e o Plano ABC(+), o governo ainda não estruturou um monitoramento de impactos na ponta e tampouco se conhece o valor agregado dessa política ao setor.

Cada uma dessas políticas está num estágio diferente e precisa pactuar metas, planos de ação, responsabilidades e recursos. Ao mesmo tempo, todas elas têm importância para a materialização dos compromissos brasileiros de curto e de longo prazo junto ao Acordo de Paris e a Contribuição Nacionalmente Determinada brasileira (NDC). Por isso, devem ser tratadas por meio de arranjos próprios, sob o guarda-chuva de uma política transversal de mudança do clima, que abarque toda a economia brasileira.



**0 primeiro passo:
novas instâncias e
autoridades climáticas**

No primeiro mês de governo, foram criadas novas instâncias na estrutura federal. Esse foi um primeiro passo.

Em seus 37 ministérios, o governo Lula-Alckmin (2023-2026) inseriu sustentabilidade nas atribuições de **19** pastas, na forma de estruturas, programas ou competências, como listado no **Anexo I**. No quadro-resumo que abre este documento, são destacados 16 ministérios mais o BNDES que têm papéis importantes nas agendas específicas de mitigação e adaptação climáticas.

É importante ressaltar também que, apesar de não haver menções específicas em decreto na Casa Civil ou na Assessoria da Presidência que mencionem meio ambiente ou clima, o governo federal tem expressado a intenção de ter uma assessoria especial no centro do governo que olhe para a pauta. Será importante acompanhar os desdobramentos e entender como essas intenções se concretizarão.

A atribuição do tema a ministérios, secretarias, subsecretarias e diretorias demonstra vontade política de fazer a mudança do clima “atravessar” todo o governo. *Serão necessárias análises futuras para entender a estrutura de cargos, recursos e políticas públicas que serão de fato desenvolvidas.*

Do ponto de vista de funções, as agendas prioritárias contam com as estruturas resumidas a seguir. Incluímos também o mapeamento de todas as pessoas que estão e estarão à frente das áreas respectivas. Quanto a isto, é importante ressaltar: a demora em nomeações faz com que a maioria dos integrantes dos cargos esteja apenas anunciado, por enquanto, e não oficialmente indicados no Diário Oficial da União. Portanto, apesar de improvável, alguns dos nomes listados ainda podem sofrer alterações.

1. Agenda de precificação de emissões

Quanto às políticas de mitigação, a precificação do carbono, abrangendo as emissões oriundas do uso de energia fóssil e de processos/produtos industriais (IPPU), é fundamental para sinalizar a todos os agentes econômicos uma política de Estado e incentivos para a formulação de suas estratégias de descarbonização de longo prazo.

Há uma convergência em torno da necessidade de se implementar um sistema de precificação de emissões no Brasil, e existe a consciência das oportunidades de investimento que isso pode gerar. Já existem iniciativas legislativas e houve um programa com o Banco Mundial que detalhou passos para sua implementação, do ponto de vista técnico e jurídico. A presença de uma Secretaria de Economia Verde no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e uma Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável no Ministério da Fazenda demonstram que uma mudança da economia brasileira rumo à *net zero*

será importante para o governo – e a implementação de um sistema de precificação de carbono é parte essencial disto.

Os mercados de projetos de carbono geradores de *offsets* são anunciados pelo potencial gerador de receitas para o país. Do ponto de vista internacional, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem papel importante na negociação de pontos de implementação dos mecanismos sob o Artigo 6 do Acordo de Paris. Do ponto de vista do mercado voluntário, parece não haver interesse do governo, ainda que algumas pastas sejam inevitavelmente inseridas no assunto (a exemplo do Ministério dos Povos Indígenas, em se tratando de salvaguardas socioambientais).

FUNÇÕES/ ATRIBUIÇÕES	QUEM TEM COMPETÊNCIAS	QUEM PODERÁ SE ENVOLVER	O QUE FALTA?
Monitoramento, mensuração, verificação e relato de emissões	MCTI	MMA	Aprovação da lei e determinação de parâmetros, obrigações e transparência na declaração e mensuração de emissões.
Gestão de emissões (planos setoriais) conforme NDC	Pastas setoriais (MDIC, MAPA, etc)	MMA	Coordenação nacional e interministerial.
Precificação de emissões	MDIC, MF, MRE	MMA, MCTI	Lei. Monitoramento do futuro sistema de comércio de emissões/mercado.
Negociações internacionais relativas a mercados (Art6)	MDIC, MF, MRE	MMA, MCTI	Estrutura doméstica para viabilizar mecanismos do Art 6. Diálogo com a sociedade e os setores.

I. MDIC - Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria.

A secretaria tem quatro departamentos, dos quais dois são relevantes para o tema: 1. Departamento de Descarbonização, Finanças Verdes e Novas Economias; 2. Departamento de Regulação e Negociações Socioambientais.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Rodrigo Rollemberg foi secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia (2004-2006), deputado federal (2007-2010), senador (2011-2014) e governador do DF (2015-2018).

Departamento de Descarbonização, Finanças Verdes e Novas Economias: muito importante para a descarbonização da indústria. Esse departamento trabalhará por políticas de preparação e fomento do setor produtivo para a transição energética e

para uma economia de baixo carbono. Por fim, também está entre suas atribuições implementar mecanismos econômicos e financeiros que viabilizem o processo de transição energética e de produção de baixo carbono. **Ou seja, no desenho de um mecanismo de mercado de carbono, esse é um departamento relevante.**

Departamento de Regulação e Negociações Socioambientais: tem como objetivo articular estratégias de aprimoramento dos regimes jurídicos relacionados ao uso sustentável da biodiversidade, além de representar o ministério em negociações que envolvam regras de biodiversidade, patrimônio genético, etc. O departamento também vai representar o Ministério em negociações que envolvam adaptação e mitigação da mudança climática que impactam os setores produtivos. **Ou seja, em negociações (como Artigo 6) e parcerias internacionais, como o *Program for Market Implementation* do Banco Mundial, por exemplo.**

II. MMA - Secretaria Nacional de Mudança do Clima (e futuramente, Autoridade Climática, se e quando criada): à Secretaria, compete coordenar tanto a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima nas competências do ministério, quanto apoiar o futuro Conselho Nacional e o Comitê Interministerial. O departamento também acompanha e subsidia tecnicamente o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima. Essa pasta também coordenará a implementação nacional dos acordos internacionais nos temas de sua competência, **em especial a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima** (pode se envolver no que couber do Artigo 6). Será uma pasta-chave para a NDC brasileira.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Ana Toni. Ex-Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), foi presidente do conselho do Greenpeace Internacional, entre 2010 e 2017.

A Secretaria tem três departamentos – dois mais fortemente ligados à política climática: 1. Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima; e 2. Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação.

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima: tem como principal objetivo prestar apoio técnico-administrativo ao funcionamento do Conselho e do Comitê e a suas instâncias de trabalho permanentes ou temporárias.

Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação: o departamento coordena a implementação do combate à mudança climática e da adaptação no ministério. Também trabalha para subsidiar o Comitê Interministerial supracitado implementar o Plano Nacional de Mudança do Clima, coordenar a **formulação, a revisão e o monitoramento de instrumentos para a mitigação e para a adaptação à mudança do clima**, entre outras atribuições.

III. Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica - Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável: fará a promoção de investimentos sustentáveis e socioambientais e, ainda mais relevante, a formulação de instrumentos financeiros relacionados à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. É um órgão técnico e bastante focado em estudos na área de desenvolvimento sustentável, indicadores econômicos, além de trabalhar com cooperação técnica internacional.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SUBSECRETARIA?

Cristina Froes de Borja Reis, professora do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFABC.

IV. Ministério da Fazenda - Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária: A Secretaria Extraordinária tem como principal objetivo promover a aprovação de uma reforma tributária no Brasil e, para isso, vai elaborar estudos, propostas e projetos de legislação tributária. A secretaria também promoverá a articulação com os demais órgãos federais, Estados, DF e Municípios para implementação da legislação tributária, e poderá celebrar acordos e convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas para estudos. Essa secretaria não fala especificamente de clima, meio ambiente e precificação de carbonos, mas a reforma tributária é um tema chave: tanto no corte de subsídios e isenções para combustíveis fósseis quanto na precificação de carbono em si, a depender da Proposta de Emenda à Constituição que for aprovada. Portanto, essa será também uma secretaria relevante para a implementação de um sistema efetivo de precificação de carbono.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Bernard Appy, que já ocupou cargos no alto escalão em outras gestões petistas e foi o coautor de uma das principais proposições de reforma tributária discutidas nos últimos anos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que tramita na Câmara dos Deputados.

V. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos - Departamento para o Clima e Sustentabilidade: o departamento tem como objetivo subsidiar a formulação de políticas para a implementação de programas na área de clima e sustentabilidade. Dentre suas áreas de atribuição, está disponibilizar informações sobre mensuração de GEE, através do Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), que hoje também contempla dados do setor privado, elemento crítico para regulação de mercado.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Márcia Barbosa, doutora em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde era professora e pesquisadora.

VI. Ministério das Relações Exteriores - Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente: a Secretaria tem como objetivo assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores nas questões relacionadas à mudança do clima, à biodiversidade, à energia, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente em geral. Especificamente o Departamento de Clima ficará responsável por coordenar a participação em conferências internacionais do clima. Em termos de precificação de carbono, será importante observar a atuação desta secretaria no que diz respeito ao Artigo 6 do Acordo de Paris, que trata do mercado internacional de carbono.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

André Corrêa do Lago. Negociador experiente dos fóruns internacionais na área ambiental, anteriormente comandou a Embaixada do Brasil na Índia.





2. Agenda de Adaptação à mudança climática

É uma agenda destacada no novo desenho de ministérios de articulação, como o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. No entanto, em áreas como economia e agricultura, a adaptação aparece apenas de maneira marginal, como um complemento a ações de mitigação e não como uma política pública autônoma e necessária (ex. “conjugação esforços para a adaptação e mitigação de mudanças climáticas, etc...”). No Ministério de Integração Nacional, por exemplo, na área de prevenção de desastres, a adaptação à mudança climática não é sequer mencionada. Tampouco há menção de adaptação em áreas cruciais de assistência à população, como o Ministério de Desenvolvimento Social, que será importantíssimo no acolhimento à população afetada por eventos extremos.

A agenda ainda carece de envergadura, ainda mais quando se recorda que o último esforço “de fôlego” para cenários e medidas de adaptação foi o Brasil 2040, capitaneado pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), entre 2013 e 2015. O programa discutiu estratégias para o país dar saltos na adaptação de setores críticos da economia, a partir de modelos climáticos regionalizados e discussão com especialistas e *stakeholders*. O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, desenhado na mesma época que o Brasil 2040, ajudou a mobilizar a agenda nos ministérios, mas não chegou a impulsionar um esforço sério de adaptação dos principais setores econômicos.

Segundo a Política por Inteiro, houve mais de 10.500 reconhecimentos de emergência por desastres por fenômenos relacionados ao clima (estiagem, seca, enxurrada, temporal etc), envolvendo mais de 3.200 municípios (muitas localidades atingidas mais de uma vez), desde janeiro de 2019, evidenciando que o déficit de políticas de adaptação se traduz em uma população ainda mais vulnerável a eventos extremos e cofres públicos drenados pela reatividade a desastres.

No Legislativo, a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade um Projeto de Lei em 2021 que tinha como objetivo fortalecer a adaptação em estados e municípios. A implementação não acontecerá sem repasses e recursos para adaptação das diferentes regiões do país, e não está claro, orçamentariamente, qual a prioridade de fato para o governo.

FUNÇÕES/ ATRIBUIÇÕES	QUEM TEM COMPETÊNCIAS	QUEM PODERÁ SE ENVOLVER	O QUE FALTA?
Projeções climáticas	MCTI/INPE	MMA	
Planejamento e implementação de medidas de adaptação	Pastas setoriais (Mcid, MDIC, Transportes, Turismo, etc)	MMA	Coordenação nacional e interministerial, além de atribuição ao MIR.
Mainstreaming de riscos climáticos e adaptação, principalmente em infraestrutura e investimentos	BNDES/Depto de Economia Verde	Casa Civil, MP, MIR e Banco Central (já tem regulação)	Falta atribuir competências ou investir na capacitação de PPI/Casa Civil, Ministério do Planejamento/MP e MIR.
Metas de adaptação, inclusive na NDC	MMA e pastas setoriais	MCTI, MRE	Coordenação nacional e interministerial, além de atribuição ao MIR.
Negociações internacionais relativas a adaptação, perdas & danos, e afins	MMA, MCTI, MRE, MAPA		Diálogo com a sociedade.
Estratégia de financiamento, público e privado, doméstico e internacional	MMA, MF, MP, MAPA		Atribuir responsabilidades.

I. Ministério do Turismo - Gabinete - Assessoria Especial de Sustentabilidade, Investimentos e Parcerias: entre outros objetivos, a Assessoria é um órgão para coordenar ações climáticas e a adaptação do turismo às mudanças climáticas, e mitigar as emissões de atividades turísticas. Fala ainda do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do respeito aos povos originários. Pode ser um órgão interessante para falar de adaptação, mas não tão central quanto o Ministério das Cidades.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA ASSESSORIA?

Indefinido.

II. Ministério de Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres: não há menção à mudança climática nem à necessidade de adaptação às mudanças climáticas na modelagem de prevenção de riscos.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Wolnei Aparecido Wolff Barreiros, servidor de carreira, tem pós-graduação em Gestão Pública e Defesa Civil, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

III. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos - Departamento para o Clima e Sustentabilidade: o departamento tem como objetivo subsidiar a formulação de políticas para a implementação de programas na área de clima e sustentabilidade. Dentre suas áreas de atribuição, está disponibilizar informações sobre impactos, vulnerabilidades e adaptação à mudança do clima.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Márcia Barbosa, doutora em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde era professora e pesquisadora.

IV. Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital: tanto a Secretaria quanto o Departamento têm, entre suas atribuições, adaptar as cidades à emergência climática e formular e implementar a política nacional de adaptação das cidades à transição climática. Também falam em diretrizes de transição ecológica para as cidades de maneira transversal nos governos municipais. É um dos órgãos governamentais com mais ênfase em adaptação, possivelmente como uma resposta aos muitos casos de enchentes e deslizamentos que vêm ocorrendo no país.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Indefinido.

V. MDIC - Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria: a secretaria tem como atribuição a adaptação à mudança climática e a seus efeitos socioambientais e econômicos. No entanto, não é o foco principal da Secretaria nem de seus departamentos.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Rodrigo Rollemberg foi secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia (2004-2006), deputado federal (2007-2010), senador (2011-2014) e governador do DF (2015-2018).

VI. MMA - Secretaria Nacional de Mudança do Clima - Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação: à Secretaria, compete coordenar tanto a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima nas competências do ministério, quanto coordenar, implementar e monitorar o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. O departamento também acompanha e subsidia tecnicamente o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima. Essa pasta também coordenará a implementação nacional dos acordos internacionais nos temas de sua competência, em especial a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Por fim, a área vai promover a articulação entre os entes federativos e a sociedade civil, com vistas à redução das vulnerabilidades decorrentes dos efeitos adversos da mudança do clima, nas áreas de competência do Ministério. Será uma pasta-chave para debater a NDC brasileira.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Ana Toni. Ex-Diretora Executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), foi presidente do conselho do Greenpeace Internacional, entre 2010 e 2017.

VII. Ministério da Agricultura e Pecuária - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo: à Secretaria compete implementar o plano e o programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC+), inclusive seus componentes de adaptação climática.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Renata Bueno Miranda, funcionária de carreira da Embrapa desde 2008 e integrante do quadro do Ministério da Agricultura desde 2019.



3. Agenda de Prevenção e Combate ao Desmatamento

Dado que essa é a maior fonte de emissões de GEE do Brasil e também a política pública de maior expressão internacional. O novo governo adotou uma postura forte de priorização da prevenção e do combate ao desmatamento como agenda política. Do ponto de vista da “reconstrução”, o governo já deu início a revisão, mudanças e revogação de medidas infralegais que dificultaram o funcionamento dessa política no governo passado. Isso inclui o fortalecimento de órgãos ambientais como MMA, Ibama, ICMBio e também Funai.

O governo tem dito com frequência que quer mostrar resultados rapidamente, mas será necessário que o orçamento e a composição de quadros de pessoal se alinhem com os discursos e estrutura, para garantir ações contundentes de combate ao crime, ao garimpo ilegal e às queimadas e aos incêndios. Há, também nessa área, um atraso na nomeação de diversas secretarias e diretorias.

No dia 8 de fevereiro, a ministra Marina Silva apresentou a nova estrutura do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), agora chamado de Plano de Ação Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil (PPCD). O número de ministérios envolvidos foi elevado de 13 para 19. Foi criada uma comissão interministerial permanente, e o novo plano também abrangerá todos os biomas brasileiros, não apenas o amazônico. A comissão deve apresentar em 45 dias a estratégia para combater o desmatamento na Amazônia e em 90 dias as estratégias para os demais biomas.

Em termos de legislativo, 70% da bancada da Frente Parlamentar do Agronegócio foi reeleita – o que, em teoria, faz com que ela diminua. Será necessário garantir que retrocessos não entrem em pauta, principalmente de Projetos de Lei que já avançaram pela Câmara dos Deputados e se encontram no Senado, faltando apenas uma ou duas votações para sua aprovação.

FUNÇÕES/ ATRIBUIÇÕES	QUEM TEM COMPETÊNCIAS	QUEM PODERÁ SE ENVOLVER	O QUE FALTA?
Monitoramento	Inpe, MCTI, MMA, Ibama e demais		
Fiscalização ambiental	MMA, Ibama, Icmbio, MPI, FUNAI, MJ, PF		Recursos e recomposição da estrutura de pessoal e orçamento.
Ordenamento territorial e regularização fundiária	MPI, Funai, MDH, MDA		Coordenação nacional e interministerial, além de atribuição ao MIR.
Financiamento e cooperação internacional	MMA, MRE, ABC, ?		Definição de quem vai coordenar o Fundo Amazônia dentro do MMA.
Economia da floresta, bioeconomia e restauração florestal	MMA, MDIC, MAPA		Coordenação interministerial.
Metas de controle do desmatamento, inclusive na NDC	MMA, MAPA e pastas setoriais	MCTI, MRE	Coordenação nacional e interministerial.
Negociações internacionais relativas a florestas, e afins	MMA, MCTI, MRE, MAPA		Atribuir mandato claro. Diálogo com a sociedade e com entes da Federação.
Submissões de níveis de referência (REL/FREL) para Convenção do Clima	MMA, MCTI, MRE	MAPA	Coordenação nacional e interministerial.
Garantia de direitos difusos e coletivos	MDH, MPI, MIRacial, AGU, MJ		

I. MMA - Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas, Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial: tanto o presidente quanto a ministra Marina Silva têm reforçado com frequência que o combate ao desmatamento é prioridade, e, por isso, a criação da Secretaria. À Secretaria compete apoiar a coordenação das comissões executivas dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios florestais, elaborar e coordenar a implementação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, e promover a coordenação de esforços de revisão, monitoramento e avaliação dos planos de prevenção e controle do desmatamento e incêndios florestais nos biomas brasileiros.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

André Lima, ex-secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal. Neste artigo, ele escreve sobre os maiores desafios no combate ao desmatamento hoje em comparação com os mandatos Lula 1 e 2.

II. Serviço Florestal Brasileiro: Após ter sido removido para o Ministério da Agricultura, o Serviço Florestal Brasileiro retorna ao Ministério do Meio Ambiente, e terá desafios como a modernização do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

QUEM ESTÁ À FRENTE DO SFB?

Indefinido.

III. Ibama: O Ibama foi completamente desmontado durante o governo Bolsonaro. Além dos mais 2.100 cargos vagos, os muitos dos servidores que seguiram no órgão fazendo seu trabalho foram vítimas de ameaças. Há questões de fluxo, contratos, e efetividade a serem resolvidas em um momento em que a ação rápida é extremamente

necessária e que o desmatamento tem novas camadas de complexidade. Há também a necessidade de modernização do órgão para que seja possível atender às demandas e necessidades novas de fiscalização. Ainda não está claro se a estrutura será alterada (Bolsonaro modificou a estrutura por meio de decretos) e se, nem quando, os cargos poderão ser repostos.

QUEM ESTÁ À FRENTE DO INSTITUTO?

Rodrigo Agostinho, deputado federal entre 2019 e 2022. Foi presidente da Comissão de Meio Ambiente na Câmara dos Deputados, presidente da Frente Ambientalista e prefeito de Bauru de 2009 até 2017.

IV. Advocacia-Geral da União - Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente: nova unidade ligada diretamente ao gabinete do Advogado-Geral da União (AGU) que terá atribuições como: promover a articulação institucional para assegurar a segurança jurídica das políticas públicas de desenvolvimento sustentável; assessorar o Advogado-Geral da União e os demais dirigentes da AGU em assuntos climáticos e ambientais; acompanhar demandas judiciais, extrajudiciais e consultivas relacionadas a meio ambiente e clima.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA PROCURADORIA?

Procuradora Federal **Mariana Barbosa Cirne**, que já foi Procuradora-Chefe do Ibama e é doutora em direito.

V. Ministério da Justiça - Secretaria de Acesso à Justiça - Diretoria de Amazônia e Meio Ambiente: ganhou um departamento de prevenção e repressão das infrações penais contra o meio ambiente, patrimônio histórico e cultural e contra povos originários e comunidades tradicionais. Seus objetivos são também garantir a segurança pública na região da Amazônia Legal e gerir unidades operacionais e de gestão integrada brasileiras estabelecidas na Amazônia Legal. Considerando o recrudescimento do crime na região e as novas características do desmatamento, é um passo importante.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Marivaldo de Castro Pereira, auditor federal de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional, já ocupou posições em governos petistas.

VI. Ministério dos Povos Indígenas e Funai: a Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena vai coordenar e acompanhar a implementação de políticas de promoção da sustentabilidade dos territórios indígenas, da justiça ambiental e climática e da preservação da biodiversidade. A vinculação da Funai, com a primeira indígena à frente da pasta, também é um sinal claro de mudança na política de demarcação de terras.

QUEM ESTÁ À FRENTE DO MINISTÉRIO E DA FUNAI?

Ministra **Sônia Guajajara**, ex-coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Foi eleita deputada federal por São Paulo em 2022. Como presidente da Funai, **Joênia Wapichana**, a primeira deputada federal indígena do Brasil e líder da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas. A Secretaria e o departamento seguem indefinidos.

VII. Ministério da Agricultura e Pecuária - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas: à Secretaria e ao Departamento compete estimular o reflorestamento e sistemas agroflorestais, além de apoiar a recuperação de vegetação nativa. Também compete desenvolver planos de produção florestal para a produção de celulose, madeira, etc. Por fim, apoiar o MMA com informações para o Inventário Florestal Nacional e na gestão do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ou seja: serão uma Secretaria e um Departamento importantes para a manutenção da floresta em pé e o reflorestamento.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Renata Bueno Miranda, funcionária de carreira da Embrapa desde 2008 e integrante do quadro do Ministério da Agricultura desde 2019.

Secretaria de Defesa Agropecuária: Entre vários outros temas, a secretaria vai lidar com a questão da rastreabilidade agropecuária – um tema importantíssimo em termos de garantir a comercialização de produtos legais, que não tenham sido fruto de desmatamento. O tema é inclusive extremamente relevante para atores europeus e para o comércio exterior brasileiro.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Carlos Goulart, engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal São Carlos, (Araras-SP). Também é mestre em Agricultura Tropical e Subtropical, com ênfase em Fitossanidade, pelo Instituto Agronômico de Campinas. Atua desde 2007 no Ministério da Agricultura e Pecuária e anteriormente exerceu o cargo de diretor do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da pasta.





4. Agenda de Transição Energética Justa

O Brasil tem a oportunidade de liderar mundialmente uma agenda de transição justa – e, no entanto, tomou passos sérios na contramão desse objetivo nos últimos anos. Como mencionado acima, espera-se que haja um crescimento das emissões no setor de energia, com a implantação de 8 GW de termelétricas inflexíveis a gás natural a ciclo combinado, decorrentes da Lei de Privatização da Eletrobras. Isso não só pode levar ao aumento no custo e nas emissões da geração elétrica até 2030, como também à desaceleração da penetração de biocombustíveis no setor de Transportes, herdada da postergação dos prazos de aumento das metas de descarbonização impostos às distribuidoras de combustíveis líquidos para o setor de transportes terrestres.

O novo governo federal, que tomou posse em janeiro de 2023, comprometeu-se a mudar os incentivos políticos e econômicos ao desmatamento e buscar a transição energética justa, como forma de atacar esses problemas. Mas para que isso aconteça, será necessário trabalhar para uma mudança na legislação de modo a cortar subsídios e outros incentivos a subsídios fósseis – muitos que, inclusive, tornam as contas de energia mais caras para a população.

É essencial, portanto, que o governo federal seja atuante e tenha um olhar de transição forte no Ministério de Minas e Energia, mas também que atue vigorosamente com o Legislativo para alterar a legislação necessária - garantindo, inclusive, que em uma potencial reforma tributária a questão dos subsídios seja abordada.

Por fim, falta na estrutura governamental um olhar mais aprofundado para o aspecto de justiça social necessário da transição energética. Há perspectivas de se estabelecer algum órgão com essa atribuição, no âmbito da Secretaria de Articulação da Casa Civil. É essencial garantir uma visão no que diz respeito a empregos, custos e de redução de desigualdades sociais, já que em um país desigual como o Brasil nenhuma política de transformação econômica de longo prazo se sustentará sem o combate à desigualdade social.

FUNÇÕES/ ATRIBUIÇÕES	QUEM TEM COMPETÊNCIAS	QUEM PODERÁ SE ENVOLVER	O QUE FALTA?
Monitoramento e gestão de emissões ligadas à energia	MCTI, MME, EPE	Petrobrás, CNPE	
Planejamento energético com ações de adaptação e mitigação	MME, EPE, ANEEL		
Financiamento	BNDES, MF		Monitoramento e avaliação do financiamento público.
Planejamento de ações de transição energética justa	MCTI, MME, EPE, ANP, ANEEL, MDIC	Petrobrás, CNPE, MMA	Esclarecer a quem caberá a coordenação interministerial neste tópico.
Metas setoriais para energia, inclusive na NDC	MCTI, MME, EPE	MRE, MMA	Coordenação nacional e interministerial.
Negociações internacionais e cooperação relativas a energias renováveis e combustíveis fósseis	MAPA, MDA, MDS, MMA, MCTI, MRE		Diálogo com a sociedade e com entes da Federação.

I. Ministério de Minas e Energia - Secretaria de Planejamento e Transição Energética - Departamento de Transição Energética: o Departamento tem como funções coordenar planos estratégicos de conservação de energia, propor requisitos e prioridades de estudos e desenvolvimento de tecnologias de conservação de energia e eficiência energética; promover estratégias para o desenvolvimento de energias alternativas, promover linhas de fomento para capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, além de outros estudos sobre energias alternativas e inovação. É importante ressaltar que o Departamento é fortemente focado em conservação, estudos e inovação. Falta um olhar maior para o planejamento da transição energética no país.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Thiago Barral, presidente da Empresa de Pesquisa Energética desde fevereiro de 2019. Antes, foi diretor de estudos econômico-energéticos e ambientais, tendo também passado pela superintendência de projetos de geração.

II. MDIC - Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria - Departamento de Descarbonização, Finanças Verdes e Novas Economias: além de trabalhar a transição da indústria, como mencionado no primeiro item, esse departamento trabalhará com políticas de preparação e fomento do setor produtivo para a transição energética e para uma economia de baixo carbono. Por fim, também está entre suas atribuições implementar mecanismos econômicos e financeiros que viabilizem o processo de transição energética e de produção de baixo carbono. Ou seja, além de ser relevante na elaboração e implementação do mercado de carbono, esse documento também será importante na transição energética.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Rodrigo Rollemberg foi secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia (2004-2006), deputado federal (2007-2010), senador (2011-2014) e governador do DF (2015-2018).

III. Banco Nacional do Desenvolvimento - Infraestrutura, transição energética e mudanças climáticas - Diretoria de Economia Verde: Aloizio Mercadante, novo presidente do BNDES, já deixou claro que a transição energética e a transição para uma economia de baixo carbono serão prioridade para os financiamentos do banco. O banco atuará para a diminuição de risco e em áreas onde não há investimento suficiente.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Luciana Costa. Com experiência em financiamento de grandes projetos, mercados de capitais, fusões e aquisições e finanças sustentáveis, Luciana vai assumir a diretoria da Economia Verde no BNDES. Atualmente Luciana é CEO, no Brasil, do banco francês de investimentos Natixis, mas também atuou nos bancos Standard de Investimentos, Real ABN AMRO, Citibank, Bankboston e Unibanco.

IV. Ministério das Relações Exteriores - Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente: a Secretaria tem como objetivo assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores nas questões relacionadas à mudança do clima, à biodiversidade, à energia, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente em geral. É importante considerar esta nessa pauta especialmente porque o MRE será o ministério responsável pela negociação de ferramentas de financiamento internacional para uma transição de baixo carbono.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

André Corrêa do Lago. Negociador experiente dos fóruns internacionais na área ambiental, anteriormente comandou a Embaixada do Brasil na Índia.

5. Agenda de Agropecuária de Baixo Carbono e Transformação de Sistemas Alimentares

A principal solução apontada pelo governo federal para a redução das emissões da agropecuária está na aplicação das tecnologias preconizadas desde 2010 pelo Plano ABC - renomeado como ABC+ para o ciclo 2020-2030. A abordagem proposta pelo Plano ABC+ é relevante e significativa, no entanto, insuficiente para lidar com a complexidade da agropecuária brasileira e as emissões de GEE. É necessário propor ações diversas e transversais que sejam capazes de responder a diferentes objetivos e a diferentes públicos, como a adoção de estratégias capazes de se adequar e gerar soluções sustentáveis para a pecuária de pequeno porte, por exemplo. Além disso, há uma oportunidade importante que é a transição de insumos químicos para biológicos, podendo-se diminuir a dependência de nitrogênio importado, por exemplo.

A estruturação disso requer liderança tanto do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) quanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de conexões com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o MMA. Atualmente, as estruturas desses ministérios não contemplam, de forma explícita, funções nesse sentido.

FUNÇÕES/ ATRIBUIÇÕES	QUEM TEM COMPETÊNCIAS	QUEM PODERÁ SE ENVOLVER	O QUE FALTA?
Monitoramento e gestão de emissões ligadas à agricultura	Embrapa, MAPA, MCTI	MDA	
Financiamento via orçamento federal (Plano Safra)	MAPA, Embrapa, MDA, MDS		Monitoramento e avaliação do Programa ABC.
Ações de adaptação e mitigação para agricultura	MAPA, MDA	MMA	Coordenação interministerial.
Metas setoriais para agricultura, inclusive na NDC	MAPA, MDA	MCTI, MRE, MMA	Coordenação nacional e interministerial.
Negociações internacionais e cooperação relativas a agricultura e sistemas alimentares	MAPA, MDA, MDS, MMA, MCTI, MRE		Diálogo com a sociedade e com entes da Federação.

I. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental: o departamento é encarregado do fomento à captação de energia solar e ao programa Luz para Todos; energias renováveis e biocombustíveis; recursos hídricos, etc. Assentamentos e pequenas propriedades familiares são estrategicamente importantes pelo potencial de recuperação de áreas degradadas através de uma capilarização de financiamento e assistência técnica. Entre as atribuições da área estão, precisamente, o fomento a práticas de manejo sustentável e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; recuperação de áreas degradadas e recomposição florestal; e manejo e conservação de solo e água.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Moisés Savian, engenheiro agrônomo e professor de Agronomia e Agroecologia no Instituto Federal de Brasília. Atuou como gerente de Políticas Agroambientais do Ministério do Meio Ambiente de 2011 a 2014.

II. Ministério da Agricultura e Pecuária - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo: A Secretaria tem como objetivo trazer inovação e agregar valor à agricultura brasileira, trabalhando pela sua sustentabilidade, pela mitigação da mudança climática, com boas práticas, irrigação eficiente, manejo sustentável, e outras medidas.

QUEM ESTÁ À FRENTE DA SECRETARIA?

Renata Bueno Miranda, funcionária de carreira da Embrapa desde 2008 e integra o quadro do Ministério da Agricultura desde 2019.

É uma secretaria fundamental para o fomento de agricultura de baixo carbono, com alguns departamentos relevantes:

Departamento de Produção Sustentável e Irrigação: a área é responsável por formular políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento rural, fundamentadas em práticas agropecuárias inovadoras e sustentáveis. É também responsável por garantir a competitividade e sustentabilidade das cadeias produtivas agrícolas, pecuárias e de florestas plantadas, pelo desenvolvimento da cacauicultura e de sistemas agroflorestais associados. Por fim, também estão entre as atribuições o fomento às práticas de manejo sustentável e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, além do aumento da produção sustentável de agropecuária.

Departamento de Apoio à Inovação para a Agropecuária: Departamento responsável por fomentar a bioeconomia agrícola, com a criação de novos insumos e pesquisa sobre recursos naturais e energias alternativas e, entre outras atribuições, responsável pela promoção de ações que incentivem práticas agropecuárias sustentáveis, com foco em descarbonização e finanças verdes.

Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas: A esse departamento, já mencionado no item de combate ao desmatamento, compete estimular o plantio e reflorestamento, a agrofloresta, e apoiar o ministério do meio ambiente com o Inventário Florestal Nacional. É um departamento relevante em termos de produtividade agrícola, inclusive, considerando o potencial de recuperação de áreas degradadas.



Recomendações

No primeiro mês de governo, foram criadas novas instâncias na estrutura federal. Esse foi um primeiro passo no sentido de ampliar o alcance da agenda e começar a construir/reconstruir capacidades.

No entanto, deve-se evitar o discurso vazio de que essas novas estruturas equivalem a uma nova governança climática ou que garantem a transversalidade da agenda. Cada pasta desenhou (ou não) atribuições explícitas ou implícitas relativamente à mudança do clima. Agora é preciso que esses desenhos se tornem visíveis em conjunto, e que sejam delineados contornos, sombras e sinergias entre eles.

Além disso, para além das instâncias com papel “autodefinido”, é crítico envolver os 26 ministérios que não criaram estruturas próprias para mudança do clima, tais como Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento Regional e Integração Nacional. E também as pastas que têm atribuições relevantes para o andamento de agendas prioritárias, a exemplo da Secretaria do Tesouro Nacional no MF.

Próximos passos:

- 1.** Criação de conselho nacional que se valha da convocatória (convening power) presidencial para manter a agenda na alta prioridade política e promover diálogo e convergência entre atores nacionais
- 2.** Definição de papéis-chave e processos na Casa Civil: retomada do comitê interministerial, uso do poder de convocatória (convening power) da Casa Civil para alinhar funções e tarefas dos ministérios; e definição de grupos de trabalho nos principais temas
- 3.** Encomendar aos 37 ministérios, via decreto presidencial, a apresentação de planos de ação para mudança do clima, com a finalidade de incorporar a mudança do clima como elemento essencial das políticas (ex. política externa, segurança nacional, etc)
- 4.** Estabelecer um processo de revisão ampla, transparente e participativa da NDC do Brasil até a COP 28, com foco nas metas de 2025 e 2030, envolvendo toda a sociedade brasileira e com vistas à alta ambição e integridade
- 5.** Atribuir ao Comitê Interministerial (CIM) a tarefa de desenhar um grande programa de metas focado na redução de 37% das emissões até 2025, envolvendo as diversas pastas ministeriais, os entes da Federação e a sociedade, dentro de 90 dias;
- 6.** Atribuir a um grupo formado com a Secretaria do Tesouro Nacional e outros, no CIM, o desenvolvimento de uma estratégia de financiamento climático nacional, dentro de 90 dias após a publicação do programa de metas e a atração de investimentos públicos e privados para o Brasil, e fazendo uso estratégico de orçamento público e de parcerias com instituições multilaterais e bilaterais;
- 7.** Investir na formação de gestores públicos e agências, através dos mecanismos de ensino e capacitação do governo (ENAP, etc.).

Recomendações sobre as agendas:

- 1.** Precificação de carbono: indicar coordenador ou ponto de referência para essa matéria no Executivo Federal e trabalhar para a aprovação de uma lei eficaz no legislativo e, em seguida, uma boa regulamentação que efetive um mercado de carbono com teto e comércio de emissões. Criar, então, uma estrutura de governança responsável por: (i) Definir a meta de redução de emissão a ser atingida por um mercado cap and trade e por impostos sobre atividades específicas (indicativa), (ii) Organizar e gerir um fórum consultivo envolvendo os setores regulados, setor financeiro, entidades de classe, sociedade civil, academia, e (iii) Criar as regras de gestão e transparência.
- 2.** Adaptação à mudança climática: Atribuir responsabilidades de forma clara sobre a agenda, preferencialmente na Casa Civil ou Presidência da República e retomar os preceitos do programa Brasil 2040 para estabelecer uma estratégia nacional que considere objetivos de justiça climática e a necessidade de proteção dos mais vulneráveis. Este tema representa uma oportunidade de articulação com entes subnacionais, o território nos quais esses processos se desenrolam.
- 3.** Agenda de prevenção e combate ao desmatamento: A agenda é a mais avançada dentre as abordadas, com ações coordenadas já em curso. O principal alerta, nesse caso, é no Congresso: há uma legislatura conservadora e muitos projetos que enfraquecem a proteção ambiental em tramitação. O governo deverá reconstruir o arcabouço de proteção ambiental com medidas

infralegais, ações e programas e, ao mesmo tempo, atuar junto à sociedade e garantir que não aconteçam retrocessos na área legislativa, por meio do Congresso Nacional. Além disso, recomenda-se, como próximos passos, (i) a pactuação de metas e incentivos com governos subnacionais que conseguirem manter a floresta em pé, (ii) o estabelecimento de força-tarefa de definição fundiária, e (iii) criar sistema de rastreabilidade das cadeias produtivas, via MAPA e MMA. Uma tarefa ainda seria a revisão dos níveis de referência de emissões (REL/FREL) enviados à ONU pelo governo anterior.

4. Transição energética justa: MME e MDIC devem elaborar planos de transição para setores e territórios dependentes de atividades econômicas intensivas em emissões, além de desenhar mecanismos de financiamento. Deve-se evitar atrasar a transição desses segmentos via subsídios públicos de longo prazo (como no caso do Programa Carvão Sustentável, de 2022). A reforma tributária pode ser uma grande oportunidade para uma tributação que deixe de fomentar energias não-renováveis. Além disso, os ministérios devem articular políticas de energia, transportes e indústria.

5. Agropecuária de Baixo Carbono e Transformação de Sistemas Alimentares: Diante do potencial de transição completa da agricultura brasileira para um sistema de baixo carbono, regenerativo e sustentável, sugere-se aumentar a abrangência do ABC+ e tornar o acesso aos seus recursos de financiamento um objetivo crítico da nova gestão federal. Para tanto, MAPA e MDA precisam trabalhar no desenvolvimento de estratégias de transformação dos sistemas alimentares focalizando diferentes públicos.



Anexo I



Mapeamento de Atribuições de Mudança do Clima e Meio Ambiente nos Ministérios

Ministério	Estruturas	Funções
1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo; Departamento de Produção Sustentável e Irrigação	Formular políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento rural, fundamentadas em práticas agropecuárias inovadoras e sustentáveis; competitividade e sustentabilidade das cadeias produtivas agrícolas, pecuárias e de florestas plantadas; desenvolvimento da cacauicultura e de sistemas agroflorestais associados; práticas de manejo sustentável e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, aumento da produção sustentável agropecuária
	Departamento de Negociações Não-Tarifárias e de Sustentabilidade	Ênfase em outras secretarias internacionais de promover a visão do agronegócio sustentável para fora. O departamento tem o papel de negociar barreiras fitossanitárias e de sustentabilidade com outros países.

Ministério	Estruturas	Funções
2. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Departamento para o Clima e Sustentabilidade	<p>Subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas e ações de fomento nas áreas de clima e sustentabilidade.</p> <p>Gerar conhecimento sobre: emissões de GEEs, adaptação e mitigação da mudança climática, elaboração e divulgação dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima, fomentar cidades sustentáveis, etc.</p>
	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais	Assessorar instituições governamentais e tomadores de decisões sobre o diagnóstico, cenários futuros e a avaliação de impactos associados a extremos de tempo e de clima.
	Instituto Nacional da Mata Atlântica	Produz estudos sobre o tema.
	Instituto Nacional de Águas	Produz estudos sobre o tema.
	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Produz estudos sobre o tema.
	Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal	Produz estudos sobre o tema.
	Instituto Nacional do Semiárido	Produz estudos sobre o tema.
	Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia	Propõe políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação para a Amazônia Legal, inclusive considerando saberes dos povos originários.
	Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social	Articula, implementa e gerencia políticas e programas destinados ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, considerados os biomas, os povos originários e as comunidades tradicionais que neles vivem e suas atividades econômicas sustentáveis, em especial na Amazônia Legal.

Ministério	Estruturas	Funções
3. Ministério da Cultura	Atribuições do ministério	Assistência ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos.
4. Ministério da Defesa	Diretoria de Operações: Coordenação de Monitoramento Ambiental	Entre as diretrizes do ministério existe a previsão de atuação para combater delitos transfronteiriços e ambientais, quando couber, inclusive na elaboração de estratégias para esse combate. Também a aquisição de imagens de informações ambientais
5. Ministério da Educação	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão	Cita a educação ambiental como uma das modalidades a serem implementadas por essa secretaria, juntamente com a educação especial, de jovens e adultos, e a educação para a cidadania.
6. Ministério da Fazenda	Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável	Coordenar a atuação da Secretaria como Autoridade Nacional Designada para o Fundo Verde do Clima - GCF, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF, os Climate Investment Funds- CIF -- e coordenar outras atuações em negociações internacionais de instituições financeiras a respeito do tema.
	Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável	Mais ligada a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, estrutura produtiva que promova o desenvolvimento sustentável, propor instrumentos creditícios para mitigação e adaptação da mudança do clima, etc.
	Secretaria de Assuntos Internacionais	Entre outros temas, coordenar a participação do Ministério em iniciativas de financiamento e em negociações econômicas internacionais relacionadas com desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança de clima.
	Subsecretaria de Política Agrícola e Negócios Agroambientais	Propor, avaliar e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a formulação e o aprimoramento dos instrumentos financeiros e creditícios no setor agrícola relacionados à adaptação e à mitigação de mudanças climáticas.
7. Ministério da Justiça	Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente	Prevenir e reprimir as infrações penais contra o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural, e os povos originários e comunidades tradicionais. Também para coordenar a segurança pública na região da Amazônia Legal, entre outras atribuições.

Ministério	Estruturas	Funções
8. Ministério das Cidades	Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital	Promove inovações tecnológicas, ambientais, sociais e de gestão em todas as políticas nacionais urbanas e elaborar estratégia para difundi-las; formula e implementa a política nacional de adaptação das cidades à transição climática; etc.
	Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco	Propor e implementar ações relacionadas à gestão de riscos de desastres de origem climática no planejamento urbano, como a elaboração de plano local de prevenção de desastres de origem climática e a execução de obras de contenção de encostas, de macrodrenagem, de controle de cheias, de microdrenagem e de soluções baseadas na natureza.
9. Ministério das Relações Exteriores	Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente	Propor linhas de atuação, negociações internacionais, etc.
10. Ministério de Minas e Energia	Assessoria Especial de Meio Ambiente	Gestão de risco, articulação entre secretarias, equalização de impactos socioambientais.
	Secretaria de Planejamento e Transição Energética	Planejamento da transição energética, coordenação de esforços para a transição, coordenação de projetos de energia renovável, subsídio à ANEEL em diretrizes da transição, entre outras atribuições.
11. Ministério do Desenvolvimento Agrário	Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental	Coordenar programas de regularização fundiária e reforma agrária; propor políticas, estratégias e promover estudos para o desenvolvimento sustentável, como conservação da biodiversidade, agroextrativismo, recuperação de áreas degradadas, etc.
	Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental	<p>Especificamente neste departamento, ficam o fomento à captação de energia solar e ao programa luz para todos; energias renováveis e biocombustíveis; recursos hídricos, etc.</p> <p>Além disso: práticas de manejo sustentável e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; recuperação de áreas degradadas e recomposição florestal; e manejo e conservação de solo e água.</p>

Ministério	Estruturas	Funções
12. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Secretaria Nacional de Assistência Social; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Apoiar tecnicamente e cofinanciar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações socioassistenciais de caráter emergencial – situações comuns em desastres climáticos; implementar ações com vistas à organização de sistemas produtivos saudáveis e sustentáveis.
13. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	<p>A secretaria vai propor, implementar e avaliar o planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento da economia verde, das estratégias de descarbonização dos setores produtivos, e fomento à bioindústria no país; promoção da complexidade industrial relacionadas ao uso sustentável de biomassa, de patrimônio genético e de conhecimentos tradicionais a ele associados; capacitação profissional tecnológica, de gestão corporativa e de inovação relacionadas ao desenvolvimento da economia verde, das estratégias de descarbonização e das bioindústrias;</p> <p>Também vai difundir conhecimento e boas práticas nos temas relacionados à economia verde previstos na Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas e na legislação nacional.</p>
14. Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática	N/A	Reestruturação de todo o ministério. Para mais informações, ver material específico sobre a reestruturação (neste link).
15. Ministério do Turismo	Assessoria Especial de Sustentabilidade, Investimentos e Parcerias	Trabalha para adaptar o turismo aos ODS, a práticas de sustentabilidade e à mudança climática, tanto em termos de descarbonização e mitigação, quanto em termos de adaptação aos seus efeitos.
	Secretaria de Sustentabilidade, Desenvolvimento Territorial e Infraestrutura em Turismo	Por meio do Departamento de Sustentabilidade, “formular, implementar e avaliar as proposições de desenvolvimento de programas em parceria com fundos internacionais, de crédito ou de desenvolvimento e cooperação, relacionados às temáticas de sustentabilidade, inovação e mudanças climáticas”. Mais voltada para oportunidades de desenvolvimento sustentável e parcerias.

Ministério	Estruturas	Funções
16. Ministério dos Direitos Humanos	Programa Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas	Existe menção ao programa, mas não há muitas informações sobre como seria, qual a estrutura e o orçamento
17. Ministério dos Povos Indígenas	Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas	Planejar, promover, coordenar e monitorar as políticas de demarcação territorial das terras indígenas, prevenir conflitos, atuar para garantia da posse permanente dos territórios indígenas e do usufruto exclusivo das riquezas de recursos naturais dos territórios.
	Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena e Departamento de Gestão Ambiental	Coordenar e acompanhar a implementação de políticas de promoção da sustentabilidade dos territórios indígenas, da justiça ambiental e climática, da preservação da biodiversidade. Acompanhar a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. Conduzir o funcionamento do Comitê Gestor da PNGATI.
	Departamento de Justiça Climática	Coordenar ações voltadas à promoção de justiça ambiental e ao enfrentamento a mudanças climáticas no âmbito da política indigenista; e acompanhar ações relativas a impactos ambientais decorrentes de empreendimentos e outras interferências, promover ações de prevenção e controle de desastres e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos.



Ministério	Estruturas	Funções
18. Casa Civil/ Presidência	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável	Ligado à Presidência da República, assessora o Presidente na formulação de políticas e diretrizes específicas destinadas ao desenvolvimento econômico social sustentável.
19. Advocacia-Geral da União	Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente	Assistir o Advogado-Geral da União na representação e na articulação institucional perante os fóruns e os órgãos e as entidades de defesa do clima e do meio ambiente para a segurança jurídica das políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável, de transição ecológica e descarbonização; Elaborar estudos técnicos, uniformizar jurisprudência administrativa para a correta aplicação das leis, etc.

Ministérios que não têm o tema de clima e meio ambiente:

Dentre os ministérios que não tratam do tema, cabe destacar alguns alertas. O primeiro é que o **Ministério de Integração Regional**, embora tenha um departamento cuja função é prevenir e mitigar os efeitos de desastres naturais, esse departamento não tem dentre suas atribuições a adaptação à mudança climática, ou ao menos uma menção para que elas sejam levadas em consideração no planejamento de ações do departamento. Ou seja: é um ministério que tem o objetivo de lidar com desastres naturais, mas que não tem em seu DNA a consideração do fato de que os desastres ficarão cada vez mais intensos e os desafios serão cada vez maiores por conta da mudança do clima.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o **Ministério da Pesca**, que apesar de não ter qualquer menção à política ambiental, à sustentabilidade ou à mudança climática em suas atribuições e secretarias, será um interlocutor importante para um potencial **no marco legal da pesca**.

Por fim, os temas de **adaptação à mudança climática** e de **justiça climática** não estão de maneira transversal nos ministérios, e poderiam ser mais incorporados, da mesma maneira que o tema da sustentabilidade e do combate à mudança do clima como um todo estão em diversas estruturas.

REALIZAÇÃO: Instituto Talanoa

AUTORIA: Isabela Rahal e Natalie Unterstell

EDIÇÃO: Liuca Yonaha

REVISÃO: Marina Caetano, Shiguo Watanabe Jr.
e Taciana Stec

DIAGRAMAÇÃO: Renato Tanigawa

Este documento foi finalizado em fevereiro de 2023. Para sugestões de acréscimos e correções, entre em contato.



contato@institutotalanoa.org



www.institutotalanoa.org



@institutotalanoa



@TalanoaReal



Instituto Talanoa



01/03/2023